

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ
CURSO DE PEDAGOGIA

NAILSON FRANCISCO DA SILVA

**O PAPEL DO/A EDUCADOR/A SOCIAL NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO EM
ESPAÇOS NÃO-ESCOLARES EM CODÓ/MA**

CODÓ - MA
2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva, Nailson Francisco da.

O papel do/a educador/a social na promoção da inclusão em espaços não-escolares em Codó/MA / Nailson Francisco da Silva. - 2025.

42 f.

Orientador(a): Kelly Almeida de Oliveira.

Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2025.

1. Pedagogia Social. 2. Educação Não-formal. 3. Educador/a Social. I. Oliveira, Kelly Almeida de. II. Título.

NAILSON FRANCISCO DA SILVA

**O PAPEL DO/A EDUCADOR/A SOCIAL NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO EM
ESPAÇOS NÃO-ESCOLARES EM CODÓ/MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Pedagogia, da Universidade Federal do
Maranhão – UFMA/ Centro de Ciências de Codó
(CCCCO) - MA, como requisito para obtenção do
grau de licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Kelly Almeida de Oliveira

CODÓ – MA

2025

NAILSON FRANCISCO DA SILVA

**O PAPEL DO/A EDUCADOR/A SOCIAL NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO EM
ESPAÇOS NÃO-ESCOLARES EM CODÓ/MA**

Monografia apresentada junto ao curso de
Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão –
UFMA, para obtenção do grau de licenciado em
Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Kelly Almeida de Oliveira.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Kelly Almeida de Oliveira (Orientadora)
(UFMA – *Centro de Ciências de CODÓ*)

Profa. Ma. Tercília Mária da Cruz Silva
(UFMA – *Centro de Ciências de CODÓ*)

Profa. Dra. Cristiane Dias Martins da Costa
(UFMA – *Centro de Ciências de CODÓ*)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela força, sabedoria e orientação ao longo dessa jornada. Sua presença constante foi fundamental para superar os desafios e alcançar a realização deste trabalho. Sou grato pela inspiração divina que me acompanhou.

Gostaria de dedicar este trabalho também ao meu querido amigo Nailso Reis (*in memoriam*) que infelizmente não está mais entre nós. Sua amizade, apoio e incentivo foram fundamentais durante toda a minha jornada acadêmica. A sua presença, mesmo em momentos difíceis, foi uma fonte constante de força e inspiração. Este trabalho é, em grande parte, fruto da sua amizade e da motivação que sempre me ofereceu.

Além disso, agradeço a Universidade Federal do Maranhão, a todos os professores, a direção e os demais funcionários, por toda dedicação e carinho ao longo dessa trajetória.

À Pedagoga e Educadora Social, Ingrid Carla, cuja dedicação e compromisso com a transformação social foram fontes de inspiração para a elaboração deste projeto.

E por fim, a minha orientadora, professora Kelly Almeida, pela paciência, dedicação e ensinamentos valiosos. Sua orientação foi essencial para a realização deste trabalho, e sou imensamente grato pelo apoio e incentivo ao longo do percurso. Agradeço não apenas pela contribuição intelectual, mas também pelo apoio emocional e pela confiança depositada em mim durante todo o processo.

Ao meu amigo Nailso Reis, "in memoriam",
que me incentivou e me deu forças,
mesmo nos dias em que eu duvidava de
mim mesmo.

“O educador social é aquele que consegue olhar para além das dificuldades e desafios dos sujeitos que atende, sempre com o olhar esperançoso de que há um caminho possível de transformação.”

(Autor desconhecido)

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo investigar as práticas, desafios e contribuições dos/as educadores/as sociais, destacando a importância de suas estratégias para promover um ambiente mais inclusivo em contextos não formais. A análise foca especialmente no Projeto Monte Santo, localizado na cidade de Codó/MA, buscando identificar as abordagens adotadas pelos/as educadores/as sociais para facilitar o acesso e a participação de pessoas em situação de vulnerabilidade. Este estudo contribui para a compreensão do papel transformador da educação social na promoção da inclusão e no fortalecimento da cidadania, assim como afirmam Freire (2019), que destaca a educação como um processo de libertação e transformação social; Pacheco (2014), que defende a importância do educador social na construção de práticas inclusivas em contextos não formais; e Nóvoa (2019), que enfatiza o papel do educador como mediador do conhecimento e da inclusão social. Juntos, esses autores e essa pesquisa oferecem uma compreensão sobre a função transformadora da educação e a importância de práticas inclusivas e conscientes para o fortalecimento da cidadania e o enfrentamento das desigualdades sociais. A metodologia utilizada é qualitativa, com base em observação participante, na qual o pesquisador se inseriu no ambiente da instituição, participando das atividades educativas e documentando as interações entre educadores/as e participantes. Os resultados indicam que os educadores sociais aplicam diversas estratégias para promover a inclusão, como a adaptação de metodologias e a criação de um ambiente acolhedor. No entanto, também foram observados desafios significativos, como a escassez de recursos e a persistente discriminação social. Conclui-se que a presença do/a educador/a social é essencial para a promoção de uma sociedade mais inclusiva, sendo fundamental a melhoria da formação desses profissionais e a eficácia das práticas educativas fora do ambiente escolar.

Palavras-chave: Pedagogia Social; Educação não-formal; Educador/a social.

ABSTRACT

The research aims to investigate the practices, challenges, and contributions of social educators, highlighting the importance of their strategies in promoting a more inclusive environment in non-formal contexts. The analysis focuses particularly on the Monte Santo Project, located in the city of Codó/MA, seeking to identify the approaches adopted by social educators to facilitate access and participation for people in vulnerable situations. This study contributes to the understanding of the transformative role of social education in promoting inclusion and strengthening citizenship, as highlighted by Freire (2019), who emphasizes education as a process of liberation and social transformation; Pacheco (2014), who advocates the importance of the social educator in building inclusive practices in non-formal contexts; and Nóvoa (2019), who stresses the educator's role as a mediator of knowledge and social inclusion. Together, these authors and this research offer an understanding of the transformative function of education and the importance of inclusive and conscious practices for strengthening citizenship and addressing social inequalities. The methodology used is qualitative, based on participant observation, in which the researcher immersed themselves in the institution's environment, participating in educational activities and documenting the interactions between educators and participants. The results indicate that social educators apply various strategies to promote inclusion, such as adapting methodologies and creating a welcoming environment. However, significant challenges were also observed, such as resource scarcity and persistent social discrimination. It is concluded that the presence of the social educator is essential for promoting a more inclusive society, with improvements in the training of these professionals and the effectiveness of educational practices outside the school environment being crucial.

Keywords: Social Pedagogy; Non-formal Education; Social Educator.

SUMÁRIO

1 A INCLUSÃO ALÉM DAS PAREDES DA ESCOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	11
2 IMERSÃO NO PROCESSO: COMO OBSERVAMOS E ANALISAMOS A INCLUSÃO SOCIAL	15
3 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO SOCIAL: TEORIAS QUE TRANSFORMAM.....	18
3.1 DEFINIÇÕES E HISTÓRIA DA INCLUSÃO SOCIAL	18
3.2 LEGISLAÇÕES SOBRE PROJETOS SOCIAIS NO BRASIL	21
3.3 PAPEL DA IGREJA PRESBITERIANA NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO EM ESPAÇOS NÃO-ESCOLARES	23
4 CAMINHOS E DESAFIOS NA PRÁTICA: O IMPACTO DO EDUCADOR SOCIAL NA INCLUSÃO	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICE - CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR E AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA	42

1 A INCLUSÃO ALÉM DAS PAREDES DA ESCOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A inclusão social é um tópico primordial nas discussões atuais sobre Direitos Humanos e cidadania, especialmente no âmbito educacional. Em um mundo cada vez mais diversificado, a promoção da inclusão transcende as salas de aula formais, englobando espaços não escolares que desempenham um papel fundamental na formação e desenvolvimento de indivíduos, especialmente aqueles que enfrentam vulnerabilidades sociais (Ferreira, 2017). Neste contexto, o/a educador/a social destaca-se como uma figura fundamental, capaz de articular e promover práticas que favorecem a inclusão e a participação ativa de todos os indivíduos.

No entanto, essa inclusão é um desafio contínuo em nossa sociedade, e a atuação do/a educador/a social desempenha um papel crucial na promoção de ambientes mais inclusivos. Nos últimos anos, tem-se observado um aumento significativo da presença de educadores sociais em espaços não-escolares, tais como comunidades urbanas, projetos culturais e centros de convivência (Silva; Santos, 2018). Dessa forma, a inclusão comunitária não se limita apenas à acessibilidade física, mas envolve a criação de ambientes que acolhem e valorizam a diversidade em todas as suas formas. Nesse contexto, o/a educador/a social emerge como um/a agente de mudança, capaz de catalisar transformações positivas ao oferecer suporte, orientação e, acima de tudo, promover um senso de pertencimento.

Desse modo, os/as educadores/as sociais desempenham suas funções em várias esferas, como comunidades, organizações não governamentais e programas de Assistência Social, oferecendo apoio e orientação a grupos de baixa renda. Sua função transcende a mera transmissão de conhecimentos; abrangendo a mediação de relações, a construção de vínculos afetivos e a promoção de um ambiente propício (Vieira; Vieira, 2020). Este estudo visa entender de que forma essas ações promovem a inclusão social, facilitando o acesso a direitos e oportunidades.

Pretende-se com essa pesquisa investigar a atuação do/a educador/a social na promoção da inclusão, por meio de um estudo de caso que ilustra práticas e metodologias empregadas em ambientes que se distanciam do contexto escolar

tradicional. A educação, nesse contexto, se expande para além da sala de aula, integrando diversas dimensões da vida comunitária e social.

Diante disso, a promoção da inclusão social em ambientes não escolares traz uma série de desafios que exigem atenção e reflexão. Apesar da crescente valorização do papel do/a educador/a social, ainda persistem barreiras significativas que comprometem a eficácia de suas ações. Entre essas barreiras, salientam-se a ausência de formação específica, a insuficiência de recursos e a resistência de algumas comunidades em acolher novas abordagens educativas (Piana, 2009).

No entanto, ao concentrarmos nosso olhar nos espaços não-escolares, como comunidades urbanas, projetos culturais e centros de convivência, percebe-se que esses locais muitas vezes desempenham um papel crucial na construção de relações sociais e no fortalecimento dos laços comunitários. Portanto, a diversidade cultural e social das populações atendidas requer a implementação de estratégias personalizadas que respeitem as particularidades de cada grupo, assim, a questão de pesquisa é: Quais metodologias e abordagens o/a educador/a social utiliza para garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas condições (sociais, físicas, emocionais), sejam incluídos e tenham acesso a oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento?

Em aspecto metodológico, a pesquisa foi realizada utilizando uma abordagem qualitativa, com a metodologia de campo, possibilitando uma análise detalhada das experiências e percepções dos educadores sociais. Assim, este trabalho visa não apenas aprofundar a compreensão teórica sobre a função do/a educador/a social, mas também fornecer fundamentos práticos, por meio de uma análise de Estudo de caso promovido pelo Projeto Monte Santo, que fica localizado no município de Codó – MA. Atualmente, atuo como educador social no Projeto, que é uma iniciativa da Igreja Presbiteriana destinada ao apoio e desenvolvimento de comunidades vulneráveis. Nesse projeto também atuam 9 funcionários e 4 educadores/as sociais.

Sendo assim, por meio de projetos sociais e educacionais, a Igreja Presbiteriana busca oferecer suporte a comunidades em diversas condições, promovendo a inclusão social de maneira prática e significativa. Ela atua em áreas como assistência social, apoio psicológico, atividades culturais e educativas, além de proporcionar acesso a cuidados básicos como alimentação e saúde (Rosa, 2019).

Desse modo, investigamos a relevância da educação em ambientes não-escolares, almejando-se enfatizar que a inclusão é um processo contínuo, dependente da cooperação entre diversos agentes sociais e da criação de um ambiente acolhedor e respeitoso. Assim, o interesse por essa área é impulsionado pela necessidade de entender como a educação pode promover a transformação social e garantir uma cidadania plena, considerando as diversas realidades e desafios enfrentados pelas populações em situação de vulnerabilidade.

Assim, a relevância deste trabalho reside não somente na análise teórica do papel do/a educador/a social, mas também na contribuição para a prática educativa em ambientes não-escolares, procurando inspirar novas abordagens e fortalecer a atuação desses profissionais como agentes de mudança social. Desse modo, a importância desta pesquisa está em sua capacidade de destacar práticas bem-sucedidas e estimular reflexões que possam inspirar novas abordagens na educação e inclusão social, reforçando o papel do/a educador/a social como agente essencial na construção de uma sociedade mais inclusiva e solidária.

Assim sendo, como resultado, a pesquisa revelou que a atuação do/a educador/a social é fundamental para a criação de ambientes inclusivos, nos quais as diferenças são respeitadas e potencializadas como oportunidades de aprendizagem. Ao final, este trabalho destaca-se como as práticas de inclusão promovidas por educadores/as sociais podem servir de modelo para outras instituições que atuam na formação e no desenvolvimento de pessoas fora do contexto escolar tradicional, evidenciando a importância da educação em contextos não-formais para o fortalecimento da cidadania e da convivência social.

À vista disso, o objetivo geral desta pesquisa é investigar as práticas, desafios e contribuições dos/as educadores/as sociais, identificando estratégias eficazes que promovam um ambiente mais inclusivo em contextos não formais, mediante um estudo de caso sobre o projeto Monte Santo localizado na cidade de Codó/ MA. Como objetivos específicos tem-se: conhecer as estratégias educativas adotadas pelos educadores sociais em suas atividades, com foco em práticas para incluir grupos vulneráveis; compreender os desafios e obstáculos enfrentados pelos educadores sociais em seus trabalhos solidários; refletir, com base nas análises realizadas, sobre

as práticas educativas e a efetividade das ações de inclusão em espaços não-escolares.

A decisão de investigar o papel do/a educador/a social na promoção da inclusão em espaços não-escolares é fundamentada em vários fatores que destacam a importância desse tema no cenário atual. Inicialmente, a inclusão social é um direito fundamental. Entretanto, a implementação desse direito ainda encontra desafios significativos, principalmente em situações onde a educação formal não é a única ou a mais adequada alternativa para a aquisição de conhecimento e o progresso pessoal.

O/A educador/a social, atuando em ambientes extraescolares, desempenha um papel crucial na facilitação de processos que visam à integração de grupos vulneráveis, tais como crianças, adolescentes e adultos em situação de vulnerabilidade social. Sua habilidade em criar ambientes de aprendizagem e apoio é crucial para fomentar a autoestima, a cidadania e o acesso aos direitos básicos. Assim, é essencial compreender suas práticas, desafios e metodologias para maximizar os impactos de sua atuação.

Diante disso, há o aumento da desigualdade social, que se dá por vários fatores, como o avanço econômico e tecnológico, a disparidade na distribuição de renda e riqueza entre os indivíduos e classes sociais, além de questões de raça, gênero, orientação sexual e acesso desigual à educação de qualidade. Essas disparidades não são apenas uma questão de distribuição de riqueza, mas uma violação fundamental dos Direitos Humanos e uma ameaça à coesão social. Em meio a essas disparidades, os espaços não-escolares, como: os centros comunitários, organizações não governamentais, espaços culturais e recreativos, são considerados como instrumentos no combate à desigualdade, buscando promover mudanças positivas em níveis individuais e comunitários (Cardoso, 2024).

Estes espaços desempenham um papel importante na promoção da inclusão social, proporcionando oportunidades de participação e inclusão para pessoas de todas as idades, origens e capacidades. Contudo, a eficácia destes espaços na promoção da inclusão depende muitas vezes da disponibilidade e eficácia de educadores sociais formados e empenhados.

Portanto, este estudo justifica-se por aprofundar a compreensão sobre a atuação do/a Educador/a Social na promoção da inclusão em espaços não-escolares por meio de um estudo de caso promovido pelo Projeto Monte Santo, que fica localizado no Bairro São Pedro, um dos bairros mais pobres do município de Codó/MA.

Ao discutir o papel do/a educador/a social em um estudo de caso específico, esta pesquisa proporciona uma chance de refletir sobre a realidade de locais frequentemente negligenciados, enfatizando a relevância da educação como meio de mudança social. Assim, espera-se que os resultados obtidos enriqueçam o campo acadêmico e inspirem ações que promovam a inclusão social em diferentes contextos.

Além disso, com o propósito de entender a estrutura deste trabalho e para oferecer uma compreensão clara e detalhada da atuação do/a Educador/a social na promoção da inclusão em espaços não-escolares, o texto está organizado da seguinte forma: começa com a introdução, seguida pela seção metodológica intitulada "Imersão no Processo: Como Observamos e Analisamos a Inclusão Social", que detalha a abordagem de observação participante. Em seguida, o Referencial Teórico, "Fundamentos da Educação Social: Teorias que Transformam", é dividido em três subseções: a primeira trata das Definições e História da Inclusão Social, a segunda discute as Legislações Sobre Projetos Sociais no Brasil, e a terceira aborda o papel da Igreja Presbiteriana na promoção da inclusão em espaços não-escolares. A seção "Resultados e Discussão", intitulada "Caminhos e Desafios na Prática: O Impacto do/a Educador/a Social na Inclusão", apresenta as contribuições da pesquisa e os desafios enfrentados pelos educadores sociais. Por fim, as Considerações Finais que sintetizam os principais pontos e refletem sobre a importância da Educação Social na construção de uma sociedade mais inclusiva.

2 IMERSÃO NO PROCESSO: COMO OBSERVAMOS E ANALISAMOS A INCLUSÃO SOCIAL

A metodologia deste estudo é baseada em uma abordagem qualitativa, voltada para a compreensão das práticas e desafios enfrentados por Educadores/as Sociais

na promoção da inclusão em ambientes não-escolares. A abordagem qualitativa é uma estratégia de pesquisa que tem como objetivo compreender os fenômenos sociais por meio da coleta e análise de dados não numéricos, dando ênfase à interpretação e análise contextualizada das experiências e percepções dos participantes (Godoy, 1995). No âmbito deste trabalho, a opção por uma abordagem qualitativa é justificada pela complexidade e pela riqueza das interações sociais presentes na atuação dos/as educadores/as sociais em ambientes não escolares.

Já como procedimento metodológico, o trabalho se caracteriza como pesquisa de campo. Deste modo, a pesquisa de campo é uma metodologia que consiste na coleta de dados diretamente no local onde o fenômeno se manifesta, através de observações, entrevistas e questionários. Ela pode ser qualitativa, visando entender fenômenos e experiências em profundidade, ou quantitativa, com ênfase na medição e análise estatística dos dados. Sendo assim, essa abordagem é útil para obter informações autênticas e contextuais sobre o comportamento de indivíduos, grupos ou ambientes, sendo amplamente empregada nas ciências sociais, marketing e outras disciplinas (Piana, 2009). Para esta finalidade, escolhe-se realizar um estudo de caso, que possibilite uma análise detalhada de uma situação específica, proporcionando uma compreensão mais aprofundada e contextualizada do fenômeno em investigação.

Diante disso, o estudo foi conduzido em um ambiente não escolar selecionado, onde educadores sociais estão envolvidos em atividades com grupos em situação de vulnerabilidade. Dessa maneira, para a realização da pesquisa foi escolhido o PROJETO MONTE SANTO, que está localizado Codó, no alto do Morro da Televisão, como é popularmente conhecido, oferecendo uma variedade de serviços e atendimentos para os beneficiários, as famílias e os demais moradores do bairro.

A pesquisa foi realizada em colaboração com a equipe do projeto, que gentilmente concedeu permissão para conduzir as pesquisas e assinada pela gestora desse projeto (apêndice 1). É fundamental que a pesquisa siga as diretrizes éticas, garantindo que todas as atividades observadas sejam realizadas com a permissão dos educadores sociais e dos participantes. O pesquisador assegura a confidencialidade das informações e a integridade dos indivíduos envolvidos, garantindo que a pesquisa contribua de forma positiva para o ambiente observado.

Dessa forma, para a realização da análise do projeto, o pesquisador desenvolveu uma observação participante.

A observação participante é uma técnica de pesquisa qualitativa onde o/a pesquisador/a se insere diretamente no ambiente ou contexto em estudo, participando ativamente das atividades e interações do grupo ou comunidade. Ao adotar essa abordagem, o/a pesquisador/a busca entender a dinâmica social, cultural e comportamental de maneira mais imersiva, coletando dados por meio de suas experiências e observações (Mônico, 2017). Essa metodologia fornece uma visão mais aprofundada e contextualizada, já que o/a pesquisador/a não apenas observa externamente, mas também interage com os/as participantes, o que pode enriquecer a análise e oferecer uma compreensão mais holística do fenômeno em questão.

Em vista disso, a observação foi a principal técnica de coleta de dados. O pesquisador se integrou ao ambiente da instituição selecionada, onde educadores sociais atuam com grupos em situação de vulnerabilidade. A pesquisa envolveu a participação de 4 educadores sociais, 20 funcionários e 20 membros da comunidade atendida. Durante o período de fevereiro a dezembro de 2024, as visitas ocorreram semanalmente, aos sábados e domingos, permitindo uma imersão contínua nas práticas e dinâmicas do ambiente de trabalho da instituição.

Além disso, observei de perto as atividades diárias, registrando minuciosamente as interações entre educadores/as e participantes, as metodologias empregadas e as estratégias utilizadas para promover a inclusão. Esse processo de observação possibilitou emergir nas experiências do dia a dia do ambiente não-escolar, resultando em uma compreensão mais aprofundada e contextualizada das práticas educativas. A participação ativa nas atividades facilitou a observação e permitiu uma interação mais próxima com os educadores e os beneficiários, possibilitando um olhar mais empático sobre os desafios enfrentados.

A presença ativa do pesquisador na metodologia deste estudo é um elemento essencial que buscou aprimorar a compreensão das práticas dos/as educadores/as sociais na promoção da inclusão em ambientes não escolares. Essa abordagem envolveu não apenas a observação passiva, mas também a integração do investigador nas atividades do ambiente estudado, o que possibilitou uma vivência direta das dinâmicas sociais e educativas. Durante as atividades, tive a oportunidade

de interagir com educadores/as sociais e beneficiários. Essa interação pode envolver colaboração em atividades, auxílio em tarefas e participação em discussões em grupo. Essas vivências me auxiliaram a compreender os significados do trabalho dos/as educadores/as e a aprimorar sua compreensão dos desafios e conquistas presentes nas interações entre os participantes. Portanto, através da metodologia proposta, que se concentra na observação participante, este estudo busca compreender de forma abrangente o papel do/a Educador/a Social na promoção da inclusão em ambientes não escolares. Ao imergir nas atividades cotidianas, procurou-se compreender a complexidade das interações e métodos que definem o trabalho desse grupo, auxiliando na compreensão dos efeitos de suas ações na vida dos indivíduos atendidos.

3 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO SOCIAL: TEORIAS QUE TRANSFORMAM

Essa seção tem como intuito apresentar uma base teórica que fundamenta a prática da educação social, evidenciando teorias que favorecem a transformação social. Ela é composta por três subseções. A primeira subseção discute as definições e a história da inclusão social, examinando o desenvolvimento dessa prática ao longo do tempo, visando a integração de indivíduos em diferentes contextos sociais. A segunda analisa as legislações relativas a projetos sociais no Brasil, examinando as normativas e leis que orientam e estimulam o desenvolvimento de projetos sociais voltados à inclusão e ao bem-estar social. Por conseguinte, a terceira aborda o papel da Igreja Presbiteriana na promoção da inclusão em ambientes não escolares, ressaltando suas ações e contribuições para a inclusão social fora do contexto acadêmico.

3.1 DEFINIÇÕES E HISTÓRIA DA INCLUSÃO SOCIAL

A inclusão social refere-se à garantia de acesso e participação plena de todos os indivíduos na sociedade, independentemente de suas condições sociais, econômicas, culturais ou físicas. Este processo tem como objetivo eliminar obstáculos que dificultam a integração de grupos marginalizados, fomentando a igualdade de

oportunidades e o respeito à diversidade (Abdalla, 2012). Dessa forma, a importância da inclusão social vai além do mero acesso a serviços, envolvendo a criação de uma sociedade mais justa e solidária, na qual todos possam desfrutar de seus direitos e participar ativamente da vida comunitária.

O conceito de inclusão social também está estreitamente relacionado a diversas práticas e abordagens educativas. De acordo com Mendes (2017, p.61):

Os dicionários de língua portuguesa definem o termo “inclusão” como ato ou efeito de incluir, o que significa pôr ou estar dentro, inserir ou fazer parte de um grupo; abranger, compreender, conter ou ainda envolver, implicar, ou seja, a inclusão é um processo que visa garantir a participação plena e igualitária de todas as pessoas na sociedade, independentemente de suas diferenças, seja em termos de deficiência, gênero, etnia, orientação sexual, classe social ou qualquer outra característica que possa levar à marginalização.

Diante disso, esse conceito se estende, no âmbito social e educacional, à prática de assegurar que todos, independentemente de suas diferenças, possam participar ativamente e sem discriminação (Sanches; Teodoro, 2006). Em outras palavras, a inclusão consiste na criação de um ambiente onde as diferenças são respeitadas e valorizadas, garantindo a igualdade de oportunidades para todos os indivíduos. Essa perspectiva é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Desta maneira, a Educação Inclusiva, por exemplo, é uma das áreas que mais se beneficiam desse conceito, visando a adaptação de ambientes escolares e metodologias de ensino para atender à diversidade de estudantes (Carneiro; Souza, 2020). Essa estratégia visa assegurar que crianças e adolescentes de diversas condições sociais possam aprender em conjunto, fomentando um ambiente de respeito e inclusivo.

Historicamente, a inclusão social passou a ser valorizada a partir do século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, momento em que a conscientização sobre os direitos humanos aumentou significativamente (Julia, 2001). O movimento pelos direitos civis, tanto nos Estados Unidos quanto em outras partes do mundo, foi crucial para a luta por igualdade e inclusão, ressaltando a importância de eliminar a discriminação racial e social (Furlin, 2024). Com o passar do tempo, outras questões,

como a inclusão de pessoas com deficiência, mulheres, idosos e minorias étnicas, tornaram-se mais proeminentes nas agendas sociais e políticas (Aranha, 2000).

Nos anos 1980 e 1990, a inclusão social emergiu como um tema central em debates sobre políticas públicas, especialmente em contextos de desenvolvimento e Direitos Humanos. Organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), têm desenvolvido diretrizes e convenções que visam promover a inclusão, enfatizando a importância de garantir que todos os indivíduos possam usufruir de seus direitos fundamentais (Cruvinel, 2023). Diante disso, a mudança de paradigma foi seguida por um aumento nas iniciativas sociais em vários países, visando garantir um acesso mais equitativo aos recursos e oportunidades.

Não obstante, no Brasil, a inclusão social é um tema recorrente em discussões sobre desenvolvimento social e redução das desigualdades. A Constituição Federal de 1988 e a criação de políticas públicas voltadas para a inclusão têm sido marcos importantes nesse processo (Borba; Lima, 2011). Contudo, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados, como a luta contra a discriminação e a necessidade de um maior investimento em serviços sociais.

Ademais, a trajetória do/a Educador/a Social na promoção da inclusão em ambientes não escolares no Brasil reflete as mudanças sociais e educacionais dos últimos anos. Desde a década de 1990, com a crescente conscientização sobre a necessidade de integrar grupos marginalizados, como crianças em situação de vulnerabilidade, adolescentes em conflito com a lei e pessoas com deficiência, o/a Educador/a Social passou a ser considerado um agente essencial na promoção da inclusão (Ceroni, 2006). Esses (as) profissionais desempenham funções em várias instituições, como ONGs, centros comunitários e programas sociais, visando desenvolver atividades que promovam a cidadania, a autonomia e o fortalecimento de vínculos sociais.

Nos últimos anos, com a expansão das políticas públicas de inclusão, o papel do/a Educador/a Social se firmou ainda mais, sendo reconhecido como fundamental para o fortalecimento de redes de apoio e proteção social. Programas como o “Ação Criança” e outros projetos comunitários ressaltam a importância dessa atuação, evidenciando que a inclusão social em ambientes não escolares complementa a educação formal, e é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e

igualitária (Delors, 1998). A vivência do/a Educador/a Social, portanto, é essencial para a transformação social e a edificação de um futuro onde todos tenham voz e oportunidade.

Portanto, no contexto atual da educação em espaços não-escolares, o papel do/a Educador/a Social tornou-se essencial para o desenvolvimento dos indivíduos envolvidos em projetos sociais, pois este deve promover a inclusão social de maneira sensível e eficaz, adaptando-se às particularidades e necessidades de cada beneficiário/a.

Além disso, no contexto da formação dos futuros pedagogos/as, é relevante destacar o papel da Igreja Presbiteriana na promoção da inclusão em espaços não-escolares, uma vez que essa instituição tem se empenhado na criação de ambientes acolhedores e transformadores para indivíduos em situação de vulnerabilidade (Nascimento, 2022). A atuação da Igreja, com sua missão de promover a inclusão e a solidariedade, serve como exemplo prático de como os espaços não-escolares podem se tornar locais de aprendizagem e transformação, complementando a formação teórica e prática dos estudantes de Pedagogia e ampliando suas perspectivas sobre o papel da educação na sociedade.

3.2 LEGISLAÇÕES SOBRE PROJETOS SOCIAIS NO BRASIL

A legislação brasileira referente a projetos sociais é abrangente e engloba várias áreas, demonstrando o compromisso do país com a promoção da justiça social e a proteção dos Direitos Humanos. Um marco crucial é a Constituição Federal de 1988, a qual garante direitos fundamentais, tais como educação, saúde e assistência social (Pereira; Vieira-Filho, 2024). Estes direitos são assegurados a todos os cidadãos e constituem a base para a execução de políticas públicas e programas sociais que visam diminuir as desigualdades e fomentar a inclusão.

Já a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, é outro elemento essencial na estrutura de suporte aos programas sociais (Lima Severo, 2017). A Lei regulamenta a assistência social como um direito do cidadão e estabelece as responsabilidades do estado em garantir essa assistência. A lei também estabelece o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), responsável

por organizar os serviços e programas sociais, visando promover a inclusão e proteção de grupos vulneráveis. A LOAS estimula o desenvolvimento de iniciativas voltadas para aprimorar a qualidade de vida e promover a inclusão social (Vieira, 2003).

A legislação brasileira referente a projetos sociais é abrangente e engloba várias áreas, demonstrando o compromisso do país com o auxílio da justiça social e a proteção dos Direitos Humanos. Essa legislação possibilita que empresas e pessoas direcionem parte do Imposto de Renda (IR) para apoiar projetos culturais e sociais. Isso contribui para fortalecer a cultura local e garantir o acesso de comunidades vulneráveis às atividades culturais, promovendo a inclusão e a valorização da identidade cultural (Cressoni, 2016). Essa abordagem integrada é fundamental para assegurar que a cultura seja um agente de transformação social.

Outra Lei é a de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que exerce um papel fundamental. Ela orienta a criação de projetos sociais focados na educação, promovendo inclusão e equidade no acesso ao conhecimento. Projetos voltados para a formação de jovens e adultos, por exemplo, são beneficiados por essa legislação, com o objetivo de reduzir a evasão escolar e aprimorar a qualificação profissional. Em âmbito municipal e estadual, diversas cidades e estados implementaram suas próprias leis e programas para apoiar iniciativas sociais (Alves, 2001). Essas legislações normalmente contemplam incentivos fiscais para empresas que realizam investimentos em projetos sociais, além de parcerias com organizações não governamentais. Essa colaboração entre diferentes esferas de governo e a sociedade civil é fundamental para a eficácia das ações.

O marco regulatório das organizações da sociedade civil (Lei nº 13.019/2014) estabeleceu novas diretrizes para a interação entre o poder público e tais entidades. A legislação define diretrizes para a formalização de parcerias e convênios, assegurando a transparência e a prestação de contas (Hamada, 2016). Dessa forma, as legislações que regulamentam os projetos sociais no Brasil constituem um sistema complexo que visa garantir direitos e promover o desenvolvimento social de maneira integrada e sustentável.

A legislação municipal de projetos sociais em Codó/MA, compreende diversas leis que buscam fomentar a inclusão social e o bem-estar da comunidade. A Lei nº 1. 968/2023 institui o Programa de Busca Ativa de Volta à Escola, que visa buscar os/as estudantes que estão em situação de infrequência, inaccessos ou evasão escolar na Rede Municipal de Ensino. A Lei nº 1. 970/2023 aborda a alteração e ampliação do número de farmácias/drogarias de plantão, com o objetivo de aprimorar o acesso à saúde. A Lei nº 1. 976/2023 estabelece a Política de Incentivo à Prática de Futebol Feminino, promovendo a inclusão e a prática esportiva entre as mulheres (Câmara Municipal de Codó, 2024). Essas legislações evidenciam o compromisso do município em desenvolver projetos sociais que atendam às necessidades da população e incentivem a inclusão social.

3.3 PAPEL DA IGREJA PRESBITERIANA NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO EM ESPAÇOS NÃO-ESCOLARES

A Igreja Presbiteriana é uma denominação cristã com raízes na Reforma Protestante do século XVI, especialmente influenciada pelas ideias de João Calvino, um teólogo francês que defendia uma abordagem reformada do cristianismo (Almeida, 2016). O termo "Presbiteriana" deriva do grego "presbyteros", que significa "ancião" ou "presbítero", refletindo a estrutura de liderança da igreja, que é administrada por um corpo de presbíteros, em vez de uma única figura de autoridade, como um papa ou bispo. Esse modelo de governo eclesiástico, vinculado ao princípio da soberania de Deus e à centralidade das Escrituras é um dos alicerces da Igreja Presbiteriana (Watanabe, 2005).

Saliente-se ainda que a Igreja Presbiteriana foi estabelecida formalmente na Escócia no século XVI, durante a Reforma Protestante (movimento de reforma religiosa que ocorreu na Europa no século XVI), quando John Knox, um reformador escocês influenciado por Calvino, fundou a igreja, separando-a da Igreja Católica Romana e criando uma nova estrutura e doutrina que enfatizava a soberania de Deus, a predestinação e a autoridade das Escrituras (Cunha; Domingues, 2023). A partir da Escócia, o movimento se disseminou para outros países, incluindo os Estados Unidos, onde as primeiras igrejas presbiterianas foram fundadas por imigrantes escoceses e outros protestantes reformados no século XVII (Silva, 2010). Hoje, a Igreja

Presbiteriana está presente em diversas partes do mundo, mantendo suas tradições de governança e doutrina reformada.

Outrossim, a Igreja Presbiteriana tem exercido um papel relevante na promoção da inclusão em ambientes não escolares no Brasil, principalmente por meio de suas iniciativas sociais e educacionais. Desde a época do século XIX, a denominação tem procurado atender às necessidades da população, destacando valores como solidariedade, cidadania e justiça social. Com a implementação de programas de Assistência Social, a Igreja tornou-se um local de apoio e acolhimento, facilitando a inclusão de grupos historicamente marginalizados, tais como pobres, negros e pessoas com deficiência (Nascimento, 2022).

Um dos principais focos da Igreja Presbiteriana é a educação, sendo esta considerada um instrumento de transformação social. As comunidades e instituições eclesiais têm implementado iniciativas educativas que ultrapassam os limites do ensino tradicional, proporcionando atividades que fomentem a inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Através de aulas de reforço, oficinas de arte e esportes, a Igreja procura criar um ambiente acolhedor e estimulante, onde todos possam desenvolver suas potencialidades e se sentir valorizados (Julia, 2001).

Neste cenário, a Igreja Presbiteriana tem desempenhado um papel importante através de suas iniciativas sociais. Com uma longa tradição de engajamento comunitário, essa instituição se esforça para promover a inclusão social através de projetos destinados a atender as populações mais vulneráveis, como crianças, jovens e idosos. As ações envolvem programas de assistência, educação, saúde e promoção da cidadania, sempre guiadas pelos princípios cristãos de amor ao próximo e solidariedade (Ferreira, 1992).

Dessa maneira, a Igreja Presbiteriana contribui para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva, reafirmando seu compromisso com a transformação social e o bem-estar da comunidade. Além da educação, a Igreja Presbiteriana tem se engajado em iniciativas de assistência social que promovem a inclusão. Programas de auxílio alimentar, suporte psicológico e serviços de saúde estão sendo aplicados em várias comunidades (Furlin, 2024). Essas ações são fundamentais para assegurar que as famílias em situação de vulnerabilidade tenham acesso a recursos essenciais

e apoio emocional, colaborando para a formação de uma sociedade mais inclusiva e solidária.

Vale ressaltar que a Igreja também se envolve na promoção de valores como a aceitação e o respeito à diversidade. Através de campanhas e eventos comunitários, a Igreja Presbiteriana promove a conscientização sobre a importância da inclusão social e dos Direitos Humanos. Essas iniciativas contribuem para a luta contra preconceitos e estigmas, promovendo uma cultura de inclusão e respeito nas comunidades em que a Igreja atua (Rosa, 2019).

Assim, a Igreja Presbiteriana se destaca como um exemplo de mobilização social e envolvimento comunitário. Ao promover a inclusão em espaços não escolares, ela não só atende às necessidades imediatas da população, mas também inspira outras organizações e instituições a se envolverem em causas semelhantes. Assim, a Igreja colabora para a edificação de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todos têm a oportunidade de participar plenamente da vida social e comunitária.

Atualmente, atuo como educador social no Projeto Monte Santo, uma iniciativa da Igreja Presbiteriana destinada ao apoio e desenvolvimento de comunidades vulneráveis. Nesse projeto também atuam 9 funcionários, 4 educadores/as sociais, 2 vigias, 1 cozinheira, diretora e secretária. O principal objetivo do projeto é auxiliar pessoas por meio de ações sociais que promovem o bem-estar e a inclusão, enquanto se busca evangelizar, transmitindo a mensagem cristã e os princípios de amor e solidariedade. Por meio de atividades educativas, culturais e de assistência social, o Projeto Monte Santo tem oferecido oportunidades de transformação e crescimento pessoal, além de fortalecer a fé e o espírito comunitário entre os participantes.

4 CAMINHOS E DESAFIOS NA PRÁTICA: O IMPACTO DO EDUCADOR SOCIAL NA INCLUSÃO

O trabalho ressalta a importância da educação social como um meio de transformação. Ao atuar em contextos não-escolares, os/as Educadores/as Sociais têm a oportunidade de atingir populações frequentemente marginalizadas,

promovendo a inclusão de grupos em situação de vulnerabilidade. Isso facilita o acesso a serviços e oportunidades e fortalece a cidadania e a participação social.

Ao enfrentar contextos de desigualdade social, violência e exclusão, o/a Educador/a Social utiliza diversas estratégias educativas que visam ampliar as oportunidades de participação e protagonismo desses indivíduos, buscando sua integração social e o fortalecimento da cidadania. Essas estratégias, frequentemente direcionadas para valorizar as potencialidades e particularidades de cada grupo, envolvem práticas educativas inovadoras que facilitam o acesso a direitos, o desenvolvimento de habilidades e a construção de uma convivência mais solidária e inclusiva.

Para compreender melhor as abordagens utilizadas pelos/as Educadores/as Sociais, é importante destacar que esses profissionais possuem formação em Pedagogia, o que lhes permite aplicar estratégias educativas baseadas em uma sólida base teórica e prática. Deste modo, o Quadro 1 apresenta cinco estratégias educativas frequentemente utilizadas em suas atividades, com foco em práticas voltadas para a inclusão de grupos vulneráveis. Para cada estratégia, foi selecionado um artigo relevante que discute sua aplicação e os impactos observados em contextos de educação social, fornecendo uma visão detalhada sobre a eficácia de cada abordagem na promoção da inclusão e da equidade social.

O quadro foi elaborado baseado no estudo de Castro *et al.* (2010), que discute as estratégias pedagógicas direcionadas à inclusão de grupos vulneráveis no ambiente educacional. O objetivo do quadro é sintetizar e aplicar as principais abordagens propostas pelos autores, como a personalização do ensino, o estímulo à participação ativa de todos os/as estudantes e a impotência de adaptação às necessidades específicas de cada grupo. A inspiração no trabalho de Castro *et al.* (2010), busca oferecer uma reflexão mais aprofundada sobre as práticas inclusivas, proporcionando uma estrutura para que educadores/as possam desenvolver de maneira mais eficaz os princípios da inclusão social e educacional em suas atividades diárias.

Além disso, o quadro a seguir de estratégias educativas adotadas pelos educadores sociais foi elaborado também a partir de conversas informais entre os pedagogos do projeto, permitindo uma troca de experiências e saberes sobre as

práticas realizadas em diferentes contextos. Essas conversas foram fundamentais para a construção de um entendimento compartilhado sobre as necessidades e desafios enfrentados no dia a dia da atuação social, além de possibilitar a identificação de metodologias eficazes para promover a inclusão e a transformação social.

Quadro 1: Estratégias educativas adotadas pelos educadores sociais.

Estratégia Educativa	Descrição	Objetivo
1. Oficinas de Capacitação e Empoderamento	Realização de <i>workshops</i> sobre habilidades sociais, profissionais ou criativas.	Desenvolver a autoestima e as competências de grupos vulneráveis para sua inclusão social.
2. Atividades Culturais e Artísticas	Promoção de atividades como música, dança, teatro, artes visuais, etc., com participação ativa dos educandos.	Estimular a expressão individual e coletiva, valorizando as culturas locais e promovendo a inclusão social.
3. Ações de Conscientização e Sensibilização	Dinâmicas e discussões sobre temas como diversidade, preconceito, direitos humanos e cidadania.	Sensibilizar os educandos e a comunidade sobre a importância da inclusão e do respeito à diversidade.
4. Mediação e Orientação para Acesso a Direitos	Apoio e orientação para acessar serviços públicos, programas sociais e políticas de inclusão.	Garantir que os grupos vulneráveis tenham acesso a seus direitos básicos e serviços essenciais.
5. Promoção de Atividades Cooperativas	Desenvolvimento de atividades coletivas que incentivem o trabalho em grupo e a solidariedade.	Fomentar a colaboração e o senso de pertencimento, criando um ambiente de inclusão e apoio mútuo.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Portanto, o quadro de estratégias educativas desempenha um papel fundamental na formação de Educadores/as Sociais, pois fornece uma abordagem organizada para planejar e executar ações pedagógicas direcionadas à transformação social. Ela possibilita que pedagogos/as adquiram competências para ajustar suas práticas às necessidades específicas de comunidades e indivíduos em situações de vulnerabilidade social, como crianças, jovens e adultos em contextos de risco.

Além disso, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia da UFMA versão 2023, destaca que as estratégias educativas são essenciais na formação de Educadores/as Sociais, pois são fundamentais para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e transformadoras. Essas estratégias incluem métodos e abordagens que visam atender à diversidade de estudantes, especialmente aqueles/as em situação de vulnerabilidade social. Ao integrar teorias e práticas que priorizam a igualdade de oportunidades, o PPC forma os futuros educadores/as sociais a promoverem a inclusão, o respeito à diversidade e a construção de uma sociedade mais justa. Assim, as estratégias educativas contribuem para a formação acadêmica, e para o fortalecimento de competências que permitem aos profissionais atuar de maneira efetiva na transformação social (UFMA, 2023).

Por meio de estratégias como atividades lúdicas, dinâmicas de grupo e projetos de intervenção comunitária, as/os estudantes aprendem a promover a inclusão, a cidadania e a autoestima, atuando para superar desigualdades sociais. Ademais, o Quadro 1 contribui para a reflexão crítica sobre a eficácia das ações, permitindo o acompanhamento e a avaliação dos resultados, o que fortalece a prática pedagógica como uma ação social que busca a mudança e o empoderamento de grupos marginalizados (Vieira; Vieira, 2020).

Diante disso, deve-se ressaltar que esses/as Educadores/as sociais enfrentam vários desafios em seus trabalhos solidários, especialmente devido às realidades complexas e vulneráveis com as quais lidam. Um dos principais obstáculos é a limitação de recursos materiais e financeiros, que restringe o acesso a materiais didáticos, espaços adequados e programas estruturados para suprir as necessidades dos/as estudantes. Muitas vezes, esses profissionais precisam realizar seu trabalho com recursos escassos, o que requer criatividade e adaptação constante para oferecer um serviço de qualidade.

Outro desafio importante é a diversidade de perfis e contextos sociais dos/as estudantes. Cada indivíduo ou grupo traz suas próprias experiências, histórias e necessidades, o que exige do/a Educador/a Social uma escuta ativa, sensibilidade e flexibilidade para atender demandas emocionais, sociais e educativas variadas. Além disso, muitos educadores/as enfrentam barreiras emocionais e psicológicas ao lidar

com situações de exclusão, abandono, violência ou sofrimento, exigindo equilíbrio emocional e preparação contínua para proporcionar apoio sem se esgotar.

Ademais, a ausência de políticas públicas adequadas também se traduz na insegurança e instabilidade para os/as Educadores/as Sociais, que muitas vezes contam com parcerias ou convênios com organizações não governamentais para manter suas atividades. A falta de garantias institucionais e de recursos financeiros torna a atuação desses profissionais mais suscetível, dificultando a oferta de serviços contínuos e de qualidade. Isso impacta diretamente o acesso dos/as estudantes a programas essenciais que poderiam romper ciclos de vulnerabilidade social.

Deste modo, a ausência de reconhecimento e valorização profissional também representa um impedimento para os/as Educadores/as Sociais. Apesar da função crucial que exercem na transformação social, esses profissionais frequentemente lidam com baixas remunerações, condições de trabalho desfavoráveis e invisibilidade social. Isso afeta a motivação desses trabalhadores, a continuidade e a qualidade das ações solidárias realizadas. Portanto, é imprescindível promover políticas públicas, capacitações e apoio institucional que valorizem e assegurem melhores condições para esses profissionais, reforçando seu papel como agentes essenciais no desenvolvimento social e comunitário.

4.1 PROJETO MONTE SANTO

O Projeto Monte Santo está localizado no bairro São Pedro, no alto do Morro da Televisão, em Codó/MA. O Projeto é um local central para a vida comunitária no bairro, proporcionando uma oportunidade única para entender as dinâmicas sociais e culturais locais e enfatizar como programas sociais podem promover a inclusão e o bem-estar, fazendo parte de uma rede de projetos que beneficia centenas de crianças espalhadas pela cidade.

No projeto acontecem palestras, algumas dentro da igreja e outras acontecem no espaço do refeitório. A maioria das palestras são voltadas para a segurança e bem-estar dos/as beneficiários/as. Ao longo do ano de 2024, trabalhamos temas como gravidez na adolescência, álcool e drogas, suicídio, alimentação saudável além

de trabalharmos anualmente em campanha de conscientização, exemplo: setembro amarelo, outubro rosa, novembro azul.

Além disso, as pessoas do projeto fazem cestas básicas, que são entregues via solicitação da família dos/as beneficiários/as, através de campanhas de doações que acontecem duas vezes no ano, no período da Semana Santa e no Natal. Também são feitas observações da maneira como as arrecadações chegam no projeto, como os itens de higiene pessoal, calçados, roupas, alimentos (mingau, aveia, leite) entre outros no geral, além de fraldas, lenços e toalhas. Desse modo, a figura 1 apresenta uma ação beneficente voltada para alimentação saudável feita pelo projeto Monte Santos.

Figura 1 - Ações do Projeto Monte Santo



Fonte: arquivo pessoal, 2024.

Vale ressaltar que, no município de Codó existem ONG's e projetos sociais que atuam em espaços não-escolares, como a Plan e a Compassion (O grupo Compassion é uma organização cristã internacional que trabalha para promover o bem-estar das crianças em situação de pobreza, oferecendo apoio educacional, cuidados médicos, alimentação e acesso a um ambiente seguro). No município de Codó, a PLAN Internacional está situada na Avenida Santos Dumont, 3888, no Bairro São Sebastião, funcionando diariamente das 8h às 17h. A PLAN Internacional é uma ONG humanitária, de caráter não-governamental, que desenvolve programas e projetos voltados ao empoderamento de crianças, adolescentes e jovens de até 24 anos em suas comunidades, oferecendo informações que auxiliem na transformação da realidade em que vivem (Cardoso, 2024).

Desse modo, vale destacar que a Plan International Brasil realiza diversas atividades em Codó, com foco na promoção dos direitos das crianças e na igualdade de gênero. A organização implementa projetos destinados a melhorar as condições de vida das comunidades locais, como o projeto "Água, Saúde e Vida", que busca aumentar o acesso à água potável em áreas carentes, como na comunidade de Boqueirão dos Vieiras. Adicionalmente, promove eventos como o "Dia do Brincar" e o projeto "Cambalhotas", que estimulam o desenvolvimento infantil e a inclusão social (ECONODATA, 2025). Essas iniciativas manifestam o compromisso da Plan International Brasil em fortalecer as comunidades e assegurar os direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Ademais, o projeto social aqui mencionado surgiu de uma parceria da Compassion com a Igreja Presbiteriana. Essa parceria resultou na criação de três projetos sociais que estão espalhados pela cidade, o Projeto Ebenezer que fica localizado no Bairro Codó Novo, o Projeto Filadélfia que fica localizado no Bairro Trizidela e o Projeto Monte Santo que fica localizado no Bairro São Pedro. Juntos esses três projetos atendem aproximadamente mil crianças que vivem em situações de risco, além de promover iniciativas visando o bem-estar não só das crianças, mas dos seus familiares.

Além do envolvimento do próprio autor deste trabalho como voluntário do projeto social, a decisão de pesquisar essa temática, foi influenciada pela pedagoga de uma educadora social que atua no projeto, cujo me despertou o interesse e paixão pelos beneficiários e a busca incansável em identificar as necessidades de cada um para desenvolver programas de intervenção visando a inclusão, a capacitação e uma melhor qualidade de vida para todos. Assim, a experiência vivenciada pelos educadores sociais, muitos dos quais com formação em Pedagogia, mostrou-se essencial para a implementação de estratégias que buscam não apenas o ensino, mas também a acolhida, o apoio emocional e a construção de um ambiente de respeito e solidariedade. Deste modo, a figura 2 apresenta uma iniciação de alfabetização voltada para crianças carentes feita pelo projeto Monte Santos.

Figura 2 - Ações beneficentes



Fonte: arquivo pessoal, 2024.

Diante disso, por meio de iniciativas direcionadas à educação formal e não formal, o Projeto Monte Santos trabalha no fortalecimento das relações familiares e comunitárias, incentivando práticas educativas inclusivas e reflexivas. Com ações como tutoria escolar, palestras, atividades recreativas e culturais. O projeto oferece um ambiente seguro e acolhedor para crianças e jovens, afastando-os de situações de vulnerabilidade social e oferecendo alternativas positivas para seu desenvolvimento pessoal e social.

Em adição a isso, o projeto é essencial para fortalecer a rede de apoio no município, reunindo esforços entre escolas, famílias e comunidades sociais. Sua atuação promove o fortalecimento do apoio comunitário ao estimular a participação ativa da população em iniciativas de transformação social, fomentando mudanças estruturais. O Projeto Monte Santos é, portanto, uma ferramenta estratégica no enfrentamento das desigualdades sociais em Codó, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e com melhores perspectivas para todos os seus cidadãos.

Como Educador Social, participei diretamente de diversas atividades voltadas ao desenvolvimento e à inclusão social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, residentes em áreas periféricas de baixo poder aquisitivo, como os bairros do Codó novo e Babilônia, no município de Codó. Além disso, uma das

principais atividades foi a realização de oficinas educativas, que tinham como objetivo promover a reflexão sobre temas como cidadania, convivência social e o estudo da bíblia. Durante essas oficinas, utilizava dinâmicas de grupo, jogos e debates, buscando sempre criar um ambiente de acolhimento e troca de diálogos, onde os participantes pudessem expressar suas opiniões e sentimentos, desenvolvendo habilidades socioemocionais importantes para o seu crescimento pessoal. Analogamente, a figura 3 a seguir apresenta uma palestra voltada para as crianças e pais/mães a respeito do amor e da importância dos laços familiares.

Figura 3 - Palestra voltada para as crianças e pais



Fonte: arquivo pessoal, 2024.

Outrossim, também estive presente em atividades de acompanhamento individualizado, onde pude oferecer suporte mais específico a alguns jovens, ajudando-os a lidar com questões familiares, escolares e emocionais. Realizava atendimentos em que discutíamos as dificuldades que enfrentavam no dia a dia e buscávamos juntos soluções para melhorar suas condições de vida. Também participava e contribuía em ações beneficentes, com o intuito de garantir que esses jovens tivessem acesso a seus direitos e pudessem superar os desafios impostos pela sua realidade. Essas experiências foram fundamentais para meu aprendizado e para a construção de uma rede de apoio sólida e eficiente.

A princípio, foi trabalhando como Educador Social no projeto Monte Santo que pude ver esse impacto de forma mais concreta. Com minha turma de adolescentes, utilizei um material chamado "Mano a Mano", que apresentava Jesus Cristo como um influenciador digital, alguém que utilizaria o Instagram como ferramenta para atrair "seguidores". Essa abordagem criativa permitiu que os adolescentes enxergassem o evangelho de uma maneira mais próxima da realidade deles, facilitando o entendimento sobre o chamado de Cristo para segui-Lo.

Com isso, vale ressaltar que, essa pesquisa está diretamente vinculada ao Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do Centro de Ciências de Codó (CCCO) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), destacando a importância de uma formação que articule teoria e prática, alinhada às demandas sociais contemporâneas. A experiência do/a Educador/a Social, abordada no estudo, serve como um campo de aprendizado para os estudantes de Pedagogia, estimulando uma reflexão crítica sobre a função social da educação e o papel do profissional na promoção da inclusão. Assim, os resultados evidenciam a necessidade de uma formação crítica, interdisciplinar e focada na prática socioeducativa, com o objetivo de preparar pedagogos/as para atuarem de forma sensível, inovadora e eficaz em diversos contextos não-escolares.

A prova disso, segundo Cardoso (2024), a importância do Educador/a Social é fundamental no processo de inclusão e transformação social, especialmente em contextos periféricos e vulneráveis. Nesse sentido, o/a Educador/a social desempenha um papel semelhante ao de mediador, conectando a realidade dos indivíduos a oportunidades de desenvolvimento pessoal e comunitário. A pedagogia social, conforme discutido no artigo, busca superar as limitações do sistema educacional tradicional, proporcionando a jovens e adultos uma educação mais integrada à sua realidade. O/A Educador/a social, ao atuar em espaços não escolares, vai além da mera transmissão de conhecimentos, agindo como um/a facilitador/a que promove a autonomia, a cidadania e o empoderamento dos/as participantes.

Assim como a luta pela democratização da educação busca tornar o acesso mais igualitário, o/a Educador/a social tem a responsabilidade de fomentar uma educação inclusiva, quebrando barreiras e oferecendo suporte às populações

marginalizadas. Cardoso (2024) enfatiza que a educação em espaços não escolares, como projetos sociais e comunidades, deve ser considerada como uma compensação à educação formal e uma forma legítima e eficaz de promover a igualdade de oportunidades. Nesse contexto, o/a Educador/a social torna-se uma figura crucial na luta por uma educação democrática, pois sua atuação direta nas comunidades fortalece a busca por direitos, justiça social e a construção de uma sociedade mais equitativa.

Desse modo, saliente-se ainda que na minha rotina no projeto Monte Santo, promovido pela Igreja Presbiteriana, envolvia realização de atividades educativas e culturais que buscavam proporcionar aos jovens da comunidade uma oportunidade de desenvolvimento pessoal e social. Diariamente, coordenava oficinas de reforço escolar, onde auxiliava as crianças e adolescentes com dificuldades nas matérias escolares, além de incentivar o aprendizado por meio de jogos pedagógicos e atividades lúdicas. Também organizava atividades de cidadania, sempre com o intuito de fortalecer a consciência crítica dos jovens sobre sua realidade e sua participação na sociedade.

Paralelamente, também participei ativamente na organização e execução de ações beneficentes, como vendendo rifas e eventos de arrecadação, com o objetivo de angariar recursos para apoiar as atividades do projeto e beneficiar as famílias da comunidade. Minha rotina envolvia a mobilização dos/as participantes e voluntários/as para a venda das rifas, incentivando a participação da comunidade local e buscando parcerias com comerciantes e empresas da região. A arrecadação das rifas era direcionada para a compra de materiais educativos, roupas, alimentos e outros itens necessários para as famílias de baixa renda, além de auxiliar nas necessidades emergenciais da comunidade atendida. Essas experiências foram fundamentais para promover mudanças significativas na vida de cada um dos envolvidos.

Por fim, também participei de atividades voltadas à evangelização nas comunidades atendidas, com o objetivo de compartilhar os valores cristãos e fortalecer a fé dos/as participantes. Regularmente, organizávamos encontros e cultos em que pregávamos o evangelho, promovendo momentos de reflexão, oração e aprendizado bíblico. Essas ações eram realizadas com muito cuidado e respeito pela

diversidade de crenças, sempre buscando proporcionar um espaço de acolhimento, apoio espiritual e desenvolvimento pessoal, sem imposições, mas com o intuito de oferecer um apoio emocional e espiritual às famílias da comunidade.

Em vista disso, a atuação do/a Educador/a social, especialmente em projetos como o Monte Santos e organizações como a PLAN Internacional, é essencial para a transformação social de comunidades em vulnerabilidade (Silva; Santos, 2018). Através de ações educativas, evangelísticas e beneficentes, os/as Educadores/as sociais exercem um papel vital no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, no fortalecimento da cidadania e na promoção de uma educação inclusiva, que transcende o sistema escolar tradicional.

Essas iniciativas favorecem o crescimento individual de crianças, adolescentes e jovens e contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao empoderar os/as participantes e oferecer suporte social, os/as Educadores/as sociais criam um ambiente propício para a melhoria da qualidade de vida e a superação de desafios, impactando positivamente a realidade das comunidades. Desse modo, a luta pela democratização da educação e pela inclusão social permanece um caminho crucial para garantir oportunidades para todos, independentemente de sua origem ou contexto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises realizadas sobre o Projeto Monte Santo, recomenda-se a adoção de ações estratégicas para melhorar as práticas educativas e reforçar a eficácia das iniciativas de inclusão em ambientes não escolares. É crucial oferecer capacitação contínua para Educadores/as Sociais e facilitadores/as, por meio de cursos e oficinas, assegurando atualização metodológica e suporte emocional. Além disso, é necessário ampliar as parcerias institucionais, buscando apoio de escolas, universidades e órgãos públicos para fortalecer recursos e financiamento. Também é essencial envolver as famílias no processo educativo, implementando ações de fortalecimento de laços e apoio social.

Dessa forma, os resultados mostraram que, através de atividades educativas, culturais e socioemocionais, esses profissionais têm a capacidade de incentivar o

protagonismo social, elevando a autoestima e ampliando perspectivas para crianças, adolescentes e famílias em situações de vulnerabilidade. No entanto, identificou-se que obstáculos como a ausência de políticas públicas, escassez de recursos materiais e falta de capacitação contínua ainda restringem a eficácia de suas práticas. Assim, é fundamental a adoção de políticas públicas integradas, apoio institucional e investimentos em recursos para assegurar melhores condições de trabalho e maior alcance das ações sociais.

Em suma, vale ressaltar que o objetivo da pesquisa foi alcançado, permitindo a análise e compreensão da importância do/a Educador/a social em projetos comunitários, como o Monte Santo, no processo de inclusão e transformação social. A pesquisa possibilitou observar como as ações desenvolvidas nessas ações contribuem para o empoderamento de crianças, adolescentes e jovens, promovendo o acesso à educação, cidadania e apoio social. Além disso, evidenciou a relevância da pedagogia social em espaços não escolares, destacando a luta pela democratização da educação e o impacto positivo dessas práticas nas comunidades atendidas. Deste modo, o alcance do objetivo proposto reflete a efetividade das metodologias aplicadas e a contribuição significativa dessas ações para a melhoria das condições de vida e o fortalecimento da equidade social.

Diante disto, conclui-se que o educador social, ao atuar em contextos não-escolares, opera não apenas como mediador do conhecimento, mas como facilitador de processos inclusivos e promotor de equidade social. Portanto, o estudo enfatiza a importância de práticas colaborativas, intersetoriais e inovadoras, que possam fortalecer redes de apoio e criar novas oportunidades de desenvolvimento social para os grupos vulneráveis atendidos.

Esse estudo oferece contribuições valiosas para a formação de estudantes do curso de Pedagogia, ao ressaltar a importância do trabalho do/a Educador/a Social como um elemento fundamental na promoção da inclusão social e na luta contra as desigualdades educacionais e sociais. Assim como na prática pedagógica, o/a Educador/a Social serve como intermediário entre o conhecimento, a realidade do/a estudante e seu contexto social, visando criar oportunidades que incentivem o protagonismo, a autoestima e o desenvolvimento integral. Através de ações educativas e socioemocionais, esses profissionais cultivam ambientes seguros e

inclusivos, desempenhando um papel similar ao pedagogo que atua nos ambientes escolares.

Apesar dos obstáculos, o trabalho do/a Educador/a social representa uma estratégia crucial para a formação de uma sociedade mais justa e inclusiva. Portanto, investimentos em políticas públicas, capacitação contínua, aumento de recursos e fortalecimento de redes de apoio são indispensáveis para respaldar e potencializar suas práticas. Além disso, é necessário continuar investindo em pesquisas e práticas nessa área para entender como aprimorar as metodologias, criar novas abordagens de intervenção e expandir a rede de apoio a essa população, garantindo que os espaços não-escolares, como centros comunitários e outros espaços de convivência, se tornem verdadeiros agentes de transformação social.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, M. F. B. **Políticas de formação de professores: desafios e perspectivas**. Collatio, CEMOrOc-Feusp/IJI – Universidade do Porto, p.42, 2012.

ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea**. Campo Grande; Campinas: Editora UFMS; Autores Associados, p.54, 2001.

ALMEIDA, Breno Trajano. **A PEDAGOGIA SOCIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO**. São Paulo: Revista Trama Interdisciplinar, v. 7, n. 3, 2016.

ALVES, H. C.; OLIVEIRA, N. P.; CHAVES, A. D. " **A gente quer mostrar nossa cara, mano": hip hop na construção de identidade, conscientização e participação social de jovens em situação de vulnerabilidade social/" We want to show our face, man": hip hop helping to build identity, awareness and social participation of young people in a socialy vulnerable situation**. São Paulo: Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, v. 24, n. 1, p. 39, 2016.

ARANHA, M. S. F. **Inclusão social e municipalização. Educação especial: temas atuais**. São Paulo: EDUNET p. 1-10, 2000.

BORBA, A. A.; LIMA, H. M. **Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia**. Serv. Soc. São Paulo, n.106, p.219-240, 2011.

CARDOSO, A. C. C. **A PEDAGOGIA SOCIAL EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES E A LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO**. Codó: monografias.ufma,

TCC de Graduação do Curso de Graduação em Pedagogia do *Campus* de Codó, ed.1, p. 69, 2024.

CARNEIRO, L. A. V.; SOUZA, F. R. **Políticas públicas de ensino superior no Brasil: um olhar sobre o acesso e a inclusão social**. Rio Grande do Sul: Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, p. 146-158, 2020.

CASTRO, J. A. *et al.* **Desafios para a inclusão produtiva das famílias vulneráveis: uma análise exploratória**. Brasília: Editorial do Ipea, ed.1, p.21, 2010.

CÂMARA MUNICIPAL DE CODÓ. **Leis Municipais**. 2024, codo.ma.gov. Disponível em: <<https://www.codo.ma.gov.br/leis>>. Acesso em: 5 fev. 2025.

CERONI, M. R. **O perfil do pedagogo para atuação em espaços não-escolares**. In: Proceedings of the 1. I Congresso Internacional de Pedagogia Social, p.111, 2006.

CUNHA, Kátia Silva; DOMINGUES, Gleyds Silva. **CURRÍCULO ESTUDOS E REFLEXÕES: Um espaço de interlocução de pesquisadores e Grupos de Pesquisa em Educação e Teologia**. São Paulo: Editora CRV, v. 1, p.58, 2023.

CRUVINEL, S. P. **Inclusão social? De quem e para quem?**. Goiás: HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM), v. 40, n. 1, p. 309-324, 2023.

CRESSONI, F. E. **Missão, ensino e escravidão: pedagogia jesuítica nas obras de Jorge Benci e Antonil**. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Orgs.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niteroi: EdUFF, p.73-94, 2016.

DELORS, J. **Educação : um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, p. 156, 1998.

EÇA, T. T. **Arte Educação para a Cidadania: emergência de um discurso político para a arte educação no ensino formal em Portugal e na Europa**. Portugal: Informática na educação: teoria e prática, v. 19, n. 1, 2016.

ECONODATA. **"PLAN INTERNATIONAL BRASIL"**, disponível em: <<https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/02326629000402-PLAN-INTERNATIONAL-BRASIL>>. Acesso em: 5 fev. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ed. 84, p.258, 2019.

FERREIRA, A. V. **FORMAR/AÇÕES PARA UMA IDENTIDADE DE EDUCADOR SOCIAL EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES**. Rio de Janeiro: Educação e sua diversidade, p. 157, 2017.

FERREIRA, J. A. **História da Igreja Presbiteriana do Brasil**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana. V. 2, p.54. 1992.

FURLIN, M. **Entre a Doutrina e a (Não) Doutrina: Notas Inspiradas por um Ícone**. São Paulo: Debater a Europa, n. 28, p. 223-232, 2024.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. São Paulo: Revista de Administração de empresas, v. 35, p. 20-29, 1995.

HAMADA, G. H. **Aplicação da Lei nº 13.019/2014 pelos Estados e Municípios: Reflexões a Partir de sua Regulamentação no Estado do Paraná**. Pará: Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública, v. 2, n. 1, p. 227-245, 2016.

JULIA, D. **“A cultura escolar como objeto histórico”**. In: Revista Brasileira de História da Educação. Nº 1. Campinas: Editores Associados, p. 9-43, 2001.

LIMA SEVERO, J. L. R. **Sobre pedagogia e pedagogos em espaços não escolares: apontamentos desde uma síntese de investigação empírica**. São Paulo: Perspectiva, v. 35, n. 3, p. 978-995, 2017.

MENDES, E. G. **Sobre alunos “incluídos” ou “da inclusão”: reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas**, p. 61, 2017.

MÓNICO, L. *et al.* **A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa**. Portugal: CIAIQ, v. 3, p. 733, 2017.

NASCIMENTO, E. F. V. **Educar, curar, salvar. Uma ilha de civilização no Brasil Tropical**. Aracaju: Criação, p. 58, 2022.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação num Tempo de Metamorfose da Escola**. Porto Alegre: Educação & Realidade, v. 44, n. 3, p.15, 2019.

PASSERI, M. E. F. **Educador social: a construção do saber social aplicado às políticas públicas para a infância e adolescência**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, Maringá: pgc.uem p.141, 2012.

PEREIRA, D.; VIEIRA-FILHO, R. R. **Lei 10639/03, educação e relações étnico-raciais: os desafios do fazer pedagógico de docentes de candomblê em uma escola de Salvador**. Salvador: Caderno Pedagógico, v. 21, n. 10, p.150, 2024.

PIANA, M. C. **A pesquisa de campo**. São Paulo: Editora Unesp, p.210, 2009.

PACHECO, J. **Aprender em comunidade**. São Paulo: educação e território, ed.1, p.133, 2014.

ROSA, E. T. S. **História da memória do Serviço Social: pesquisa de trajetórias profissionais por meio da metodologia de história oral.** São Paulo: Cortez, p. 121-146, 2019.

RODRIGUES, D. **O paradigma da educação inclusiva: reflexões sobre uma agenda possível.** São Paulo: Revista inclusão, ed. 1, p.13, 2000.

SANCHES, I.; TEODORO, A. **Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos.** Lisboa: Revista Lusófona de educação, v. 8, n. 8, p. 83, 2006.

SILVA, A. I. **O Desporto, junto de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social.** Porto: repositorio-aberto.up, p.109, 2022.

SILVA, A. S.; SANTOS, M. F. **PRÁTICAS EDUCATIVAS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR: FORTALECIMENTO, VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO ATIVO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES.** Pernambuco: Pesquisa Em Foco, v. 23, n. 1, p. 161, 2018.

SILVA, H. O. **A IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL E A ESCRAVIDÃO: BREVE ANÁLISE DOCUMENTAL.** São Paulo: Fides Reformata, v. 15, p.43, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Projeto Pedagógico de Curso - Pedagogia.** 2023. Disponível em: <<https://www.universidade.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/PPC-PEDAGOGIA-UnDF-2023-02JUN23.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2025.

VIEIRA, A. L. C. **Políticas de Educação, Educação como Política: Observações sobre a ação afirmativa como estratégia política.** In: SILVA, Petronilha Beatriz G. e, Brasília: Ed. INEP, p. 81-97, 2003.

VIEIRA, C. M.; VIEIRA, P. M. **Crianças e inclusão: mudanças de atitudes sociais por meio de estratégias educativas e lúdicas.** São Paulo: precog, p. 12-29, 2020.

WATANABE, T. H. B. **Caminhos e histórias: a historiografia do protestantismo na Igreja Presbiteriana do Brasil.** Campinas: Revista de Estudos da Religião, v. 1, p. 15-30, 2005.

ZULIAN, M. S.; FREITAS, S. N. **Formação de professores na educação inclusiva: aprendendo a viver, criar, pensar e ensinar de outro modo.** São Paulo: Revista Educação Especial, v. 18, p. 47-57, 2001.

APÊNDICE - Carta de apresentação do pesquisador e autorização da pesquisa

Prezado(a) Kenya Raiane Matos Silva

É com satisfação que escrevo para confirmar minha aceitação em conceder os dados e o espaço do PROJETO MONTE SANTO para a realização da pesquisa intitulada "O Papel do Educador Social na Promoção da Inclusão em Espaços Não-Escolares". Estou ciente da importância deste estudo e da contribuição que ele pode trazer para a promoção da inclusão social em nosso contexto.

Concordo em disponibilizar os dados necessários para a pesquisa, assegurando que todas as informações fornecidas sejam tratadas com a devida confidencialidade e respeito às diretrizes éticas. Além disso, o espaço da nossa instituição estará à disposição para a realização das atividades de coleta de dados, como entrevistas e observações.

Acredito que essa colaboração pode resultar em importantes recomendações que beneficiarão tanto os educadores sociais quanto os participantes envolvidos nas atividades.

Fico à disposição para discutirmos os próximos passos e quaisquer detalhes adicionais que possam ser necessários para o andamento da pesquisa.

Atenciosamente,

Nailson Francisco da Silva

Discente de Pedagogia